

Código do Aviso: 22/FSI/PCC/2024

Natureza do Aviso: Convite

Data da publicação: 24-09-2024

Data de encerramento: 08-11-2024

Fundo: Fundo para a Segurança Interna

Objetivo específico 3: Prevenção e combate ao crime

Dotação disponível: 4.784.118,00 €

Portaria: n.º 386/2023, de 20 de novembro

## CONVITE PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

### 1. Âmbito

O presente convite é efetuado nos termos do n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro de 2023, no âmbito do OE3- Prevenção e combate ao crime, do Fundo para a Segurança Interna (FSI), plasmado na legislação comunitária e nacional aplicável, e nos respetivos documentos programáticos aprovados que se encontram disponíveis para consulta no Portal da SGMJ, através do seguinte endereço <https://sgmj.justica.gov.pt>, área dos Fundos Europeus, Fundo para a Segurança Interna 2021-2027.

### 2. Prazo para a apresentação de candidatura

O prazo para a apresentação de candidatura a que respeita o presente Aviso, inicia-se no dia da sua publicação 24/09/2024 e decorre até às 23 horas e 59 minutos do dia 08/11/2024, quarenta e cinco (45) dias corridos.

A data e a hora de entrada da candidatura a que respeita o presente Convite, são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário na plataforma eletrónica do Sistema de Informação e Gestão de Fundos Comunitários 2021-2027 (SIGFC 21-27).

### 3. Apresentação da candidatura

A candidatura é apresentada através da submissão de formulário eletrónico no SIGFC 21-27, disponibilizado em <https://sigfc2127.sg.mai.pt>.

Antecedendo a apresentação da candidatura, a entidade deve efetuar o seu registo e autenticação no SIGFC 21-27.

A candidatura deve ser apresentada em conformidade com o disposto na Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, conjugado com as indicações expressas no presente Convite e na descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Quadro Financeiro 2021-2027 (QFP 21-27), igualmente disponível no Portal da SGMJ, área dos Fundos Europeus, Fundo para a Segurança Interna 2021-2027.

Para o efeito, deve ser tido em atenção o preenchimento dos indicadores afetos ao presente convite, identificados no Anexo I e constantes no formulário da candidatura em SIGFC 21-27.

Após a submissão da candidatura, será enviada mensagem eletrónica de confirmação da sua receção pelo SIGFC 21-27, bem como o respetivo Termo de Responsabilidade, devendo este ser devidamente preenchido pela entidade candidata ao financiamento e assinado por quem tenha competência para a prática do ato e remetido posteriormente ao Organismo Intermédio (SGMJ), no prazo de dez (10) dias úteis a contar da data da submissão da candidatura.

Qualquer pedido de informação deve ser dirigido à Secretaria Geral da Justiça, enquanto Organismo Intermédio, através de correio eletrónico: [correio@sg.mj.pt](mailto:correio@sg.mj.pt), ou através de contacto telefónico: 21 322 23 00.

#### **4. Dotação financeira do Fundo e taxa de cofinanciamento**

A dotação de Fundo a afetar ao presente Convite é de 4.784.118,00 € (Quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e dezoito euros).

A taxa máxima de cofinanciamento para a candidatura a apoiar, definida no presente Convite, é de 75% do investimento total elegível da operação aprovada.

#### **5. Duração da candidatura**

A operação aprovada, no âmbito do presente Convite, não pode ter um prazo de execução superior a sessenta e um (61) meses.

#### **6. Objetivos e dimensões de execução**

O Fundo de Segurança Interna (FSI) tem como objetivo estratégico contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na União, apoiado nos objetivos específicos definidos no n.º 2 do artigo 3º. do Regulamento (UE) 2021/1149, de 7 julho.

Deste modo, a candidatura a financiar deve assegurar o cumprimento dos objetivos do Fundo e, nomeadamente, do constante no Objetivo Específico 3 - Prevenção e Combate ao Crime, do Programa Nacional FSI (PNFSI), para o período 2021/2027, aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2022) 9364, de 9 de dezembro.

No âmbito do presente Aviso/Convite a candidatura a apresentar insere-se nas seguintes dimensões:

<b>Medida de execução</b>	<b>Ação – Dimensão execução</b>
Alínea d). do Ponto 3, do Anexo II do Reg. 1149/2021, de 07/07	Ações regulares: n.º 1 do artigo 12.º, do Reg. 1149/2021, de 07/07 (e Anexo II)

devendo promover o cumprimento dos objetivos definidos para o Fundo, designadamente, o incremento e reforço da preparação e da capacidade de resiliência para uma resposta robusta às ameaças à segurança.

## **7. Ações elegíveis**

A candidatura a apresentar ao presente Convite deve enquadrar-se nas tipologias de ação previstas no OE 3 do Programa Nacional FSI, relacionadas com a melhoria e alargamento da capacidade de resposta nas áreas de perícias médico-legais e forenses, nomeadamente, através do apetrechamento tecnológico dos laboratórios de ciências forenses do Estado, nas áreas da Virologia e Análises Clínicas Forenses, da Química e Toxicologia Forenses, da Genética e Biologia Forenses, no âmbito das atividades das delegações e dos gabinetes médico-legais e forenses.

## **8. Tipo de entidade beneficiária**

O presente Aviso tem natureza de Convite, destinando-se exclusivamente a uma entidade, a qual por inerência das suas competências, é a única que pode executar a operação em causa, pelo que, para os efeitos previstos no presente Aviso, pode candidatar-se ao apoio o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

A entidade convidada enquadra-se no artigo 3.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

## **9. Condições gerais de admissão e aceitação da entidade candidata**

Nos termos do n.º 1, do artigo 10.º, da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, só serão analisadas candidaturas de entidades que, cumulativamente:

1. Possuam a sua situação fiscal e contributiva regularizada, perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente;
2. Não possuam quaisquer dívidas aos Fundos FSI e IGFV;
3. Não se encontrem inibidas de concorrer por força dos factos descritos nas alíneas b). e i). do artigo 35.º da citada Portaria;
4. Demonstrem capacidade de financiamento da operação apresentando, para o efeito, o número de compromisso;
5. Demonstrem que as entidades parceiras cumprem o disposto nas alíneas anteriores, quando aplicável;
6. Estejam legalmente constituídas e cumpram as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade;
7. Possuam ou possam assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
8. Possuam a sua situação regularizada em matéria de reposições no âmbito dos financiamentos do anterior Programa Nacional FSI 2014-2020, quando aplicável;
9. Disponham de contabilidade organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aplicável;

## **10. Condições de admissão e aceitação de candidaturas**

Constituem requisitos gerais de admissão de candidaturas:

1. O enquadramento da candidatura nos objetivos e ações previstas no Programa Nacional FSI;
2. O pleno respeito pelos direitos fundamentais e dignidade humana em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União e com a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais;
3. A apresentação do projeto técnico de engenharia / arquitetura aprovado ou a explicitação da sua dispensa nos termos legais, sempre que aplicável;
4. O cumprimento da legislação comunitária e nacional, em matéria de contratação pública;
5. O cumprimento da legislação comunitária e nacional, em matéria de proteção de dados pessoais;
6. O cumprimento das obrigações dos beneficiários, em matéria de promoção, notoriedade, transparência e comunicação, conforme o disposto nos art.ºs 47.º e 50.º do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho;
7. A demonstração da coerência, da não duplicação das ajudas e da complementaridade entre a operação a financiar pelo Fundo e o apoio prestado por outros fundos da União, sempre que aplicável;
8. A apresentação dos indicadores de realização e de resultado a atingir através da operação.

## **11. Prazo para a comunicação de admissão e aceitação da candidatura**

A decisão da admissão e aceitação da candidatura é comunicada à entidade candidata até trinta (30) dias corridos contados do final do prazo fixado no Ponto 2 do presente Aviso.

## **12. Despesas elegíveis**

As operações devem reunir os requisitos gerais de elegibilidade de despesa exigidos no art.º 16.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

Deste modo, consideram-se despesas elegíveis de uma operação, aquelas que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos gerais:

1. Serem suscetíveis de financiamento nos termos da legislação comunitária e nacional, relativa ao Fundo de Segurança Interna;
2. As despesas efetivamente incorridas e pagas pelo beneficiário, no âmbito da execução das ações que integram a operação aprovada, comprovadas por documento de despesa válido;
3. Cumpram os princípios da economia, eficiência e eficácia e da relação custo / benefício;
4. Despesas que decorram e se enquadrem, também, na legalidade substancial e dos procedimentos de que resultam, designadamente em matéria de contratação pública.

Assim, no âmbito do presente Aviso e das ações definidas **no Ponto 7**, as despesas elegíveis a afetar à operação, são:

- Aquisição de equipamentos destinados às atividades a desenvolver;
- Capacitação de equipas associadas aos equipamentos a adquirir.

### **13. Despesas não elegíveis**

No âmbito do QFP 2021-2027:

1. Não são elegíveis, ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho, as seguintes despesas:

- Os juros sobre dívidas;
- A aquisição de terrenos necessários às operações num montante superior a 10% do total das despesas elegíveis da operação em causa, sendo que, para as áreas industriais que contêm edifícios, este limite é elevado para 15%;
- O imposto sobre o valor acrescentado (IVA), **exceto**:
  - (i). Para as operações cujo custo total seja inferior a 5,0 milhões de euros (incluindo o IVA);
  - (ii). Para as operações cujo custo total seja igual ou superior a 5,0 milhões de euros (incluindo o IVA), quando o IVA não for recuperável ao abrigo da respetiva legislação nacional;

2. São ainda não elegíveis, ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/1149, de 7 de julho, as despesas associadas às seguintes ações:

- Ações limitadas à manutenção da ordem pública nacional;
- Ações com fins militares e de defesa;
- Ações destinadas à aquisição de equipamentos em que o objetivo principal é o controlo aduaneiro;
- Ações destinadas à aquisição de equipamentos coercivos, nomeadamente, armas, munições, explosivos e bastões antimotins, exceto se forem para fins de formação;
- Recompensa de informadores e dinheiro para engodo, fora do quadro de uma ação operacional EMPACT do ciclo político da UE.

### **14. Modo de financiamento**

O financiamento das despesas elegíveis efetivamente incorridas e pagas é efetuado de acordo com o disposto no artigo 5.º e n.ºs 1 a 6 do artigo 16.º, da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

### **15. Período de elegibilidade das despesas**

São elegíveis a cofinanciamento as despesas efetuadas e decorrentes das ações desenvolvidas e executadas no período entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2029.

## **16. Esclarecimentos complementares**

O Organismo intermédio, responsável pela análise da candidatura e posterior decisão, pode requerer à entidade candidata esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data em que sejam formalmente solicitados.

A solicitação dos esclarecimentos dos elementos atrás referidos, tem efeitos suspensivos relativamente à contagem do prazo para a decisão sobre a candidatura.

## **17. Calendário da análise e decisão**

A comunicação da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre a candidatura admitida e aceite, após análise técnica e emissão do parecer, é proferida no prazo de sessenta (60) dias corridos a contar da data de encerramento do Aviso, até às 23 horas e 59 minutos do dia 7 de janeiro de 2025.

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados, à entidade candidata, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez.

Considera-se haver desistência da candidatura quando a entidade candidata não apresenta, no prazo de dez (10) dias úteis, os esclarecimentos, as informações ou os documentos que lhe forem solicitados.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura por parte da entidade candidata, confere-lhe o direito a receber financiamento para a realização da operação no âmbito do Fundo.

## **18. Obrigações das entidades beneficiárias em matéria de notoriedade, transparência e comunicação**

As entidades beneficiárias estão obrigadas a cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como as normas específicas instituídas pela Autoridade de Gestão do Portugal Protege 21/27.

O incumprimento das obrigações de comunicação pode dar origem à redução do apoio até 3% do Fundo aprovado para a operação.

## **19. Divulgação dos resultados**

Em caso de decisão de aprovação da candidatura, esta será objeto de divulgação pública no Portal da SGMJ, área dos Fundos Europeus, Fundo para a Segurança Interna 2021-2027, contendo a identificação da entidade beneficiária, da operação e o montante de financiamento aprovado.

## **20. Condições de alteração da candidatura**

As alterações à candidatura carecem da apresentação do correspondente pedido de alteração, por meio de submissão eletrónica, na área existente para o efeito no SIGFC 21-27.

## **21. Obrigações da entidade beneficiária**

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura, a entidade beneficiária obrigada a:

1. Executar a operação nos termos e condições aprovadas;
2. Facultar o acesso aos locais de realização da operação e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
3. Constituir e manter permanentemente atualizada e disponível na sua Sede, até ao prazo de cinco (5) anos posteriores ao encerramento parcial ou total do Fundo, pasta técnico-financeira da operação, assim como a completa disponibilidade para facultar cópia dos documentos que a integrem, sempre que solicitados;
4. Respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos de informação e publicidade, em vigor, sobre a participação (cofinanciamento) do Fundo na operação, derivadas das normas comunitárias, bem como das normas e orientações técnicas, definidas pela Autoridade de Gestão, em vigor à data da sua aprovação;
5. Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
6. Manter a sua situação fiscal e contributiva regularizada, perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, a qual é aferida no momento da assinatura da Convenção de Subvenção, bem como ao longo de todo o período de execução da operação, nomeadamente, nas fases de pagamento dos apoios;
7. Possuir um sistema de contabilidade organizada, de acordo com as normas nacionais em vigor;
8. Assegurar a disponibilização de todos os elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação da operação e participar em processos de inquirição relacionados com a mesma;
9. Adotar procedimentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente, nas relações estabelecidas com os fornecedores e com os prestadores de serviços.

À entidade beneficiária compete, ainda, cumprir com as demais obrigações legais e regulamentares, comunitárias e nacionais.

O incumprimento das suas obrigações e dos prazos fixados nos normativos legais comunitários e nacionais, designadamente, pela prática de atos previstos nas alíneas i). e k). do artigo 35.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, origina a revogação da Decisão de Aprovação da operação.

## **22. Documentos a anexar à candidatura**

Para efeitos de submissão eletrónica, a candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

1. Cartão de Pessoa Coletiva;
2. Estatutos da entidade;
3. Certidão da situação (não dívida) perante a Autoridade Tributária, ou, declaração de consentimento para a consulta da situação fiscal;
4. Certidão da situação (não dívida) perante a Segurança Social, ou declaração de consentimento para a consulta da situação contributiva;
5. Todos os documentos legalmente obrigatórios para a execução e justificação das atividades e procedimentos.

### **23. Critérios de seleção e metodologia de apuramento do mérito**

As candidaturas admitidas são objeto de uma avaliação de mérito em função dos critérios de seleção e metodologia de apuramento do mérito que se encontram definidos no documento "Metodologia e Critérios de Seleção de Candidaturas", elaborado pela Autoridade de Gestão:

1. Grau de contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional FSI.
2. Grau de sustentabilidade.
3. Grau de complementaridade com outras operações cofinanciadas.
4. Grau de maturidade da candidatura.

#### **23.1 Parâmetros de avaliação e coeficientes de ponderação**

Os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação a considerar nos critérios de seleção, são os seguintes:

**Critério:** Grau de contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional FSI

**Peso:** 30%

**1.º parâmetro:** A candidatura contribui para todos os indicadores associados ao objetivo específico, constantes no Aviso

**Valoração:** 5 - (Elevado)

**2.º parâmetro:** A candidatura contribui para a concretização de 1 dos indicadores associados ao objetivo específico, constantes no Aviso

**Valoração:** 3 - (Médio)

**3.º parâmetro:** A candidatura não contribui para a concretização de nenhum dos indicadores associados ao objetivo específico, constantes no Aviso

**Valoração:** 1 - (Reduzido)

**Critério:** Grau de sustentabilidade

**Peso:** 25%

**1.º parâmetro:** Existem condições para a continuidade da operação sem o apoio do Fundo

**Valoração:** 5 - (Elevado)

**2.º parâmetro:** Existem benefícios das ações sustentadas pela operação, para a sua continuidade

**Valoração:** 3 - (Médio)

**3.º parâmetro:** Não existem garantias de sustentabilidade da operação

**Valoração:** 1 - (Reduzido)

**Critério:** Grau de complementaridade com outras operações cofinanciadas

**Peso:** 25%

**1.º parâmetro:** A operação, a implementar, complementa uma ação ou outra operação cofinanciada no âmbito do FSI

**Valoração:** 5 - (Elevado)

**2.º parâmetro:** A operação, a implementar, complementa uma ação ou outra operação cofinanciada no âmbito de outros instrumentos de financiamento, nacionais e/ou comunitários

**Valoração:** 3 - (Médio)

**3.º parâmetro:** A operação, a implementar, não complementa outras ações ou outras operações cofinanciadas por quaisquer instrumentos de financiamento, nacionais e/ou comunitários

**Valoração:** 1 - (Reduzido)

**Critério:** Grau de maturidade da candidatura

**Peso:** 20%

**1.º parâmetro:** A candidatura encontra-se na fase de execução física e financeira

**Valoração:** 5 - (Elevado)

**2.º parâmetro:** A candidatura tem início previsto no prazo de 60 dias corridos da data de encerramento do Aviso

**Valoração:** 3 - (Médio)

**3.º parâmetro:** A candidatura tem início previsto após mais de 60 dias corridos sobre o encerramento do Aviso

**Valoração:** 1 - (Reduzido)

### **23.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção**

As pontuações dos critérios são atribuídas com base numa escala de avaliação qualitativa, associada a uma graduação numérica 1, 3 e 5, sendo a pontuação final do mérito da candidatura estabelecida com relevância até às duas casas decimais.

### **23.3. Classificação final**

O mérito da candidatura é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros, de 1 a 5 (1, 3, 5) pontos, em que 5 representa uma valoração elevada, 3 representa uma valoração média e 1 representa uma valoração reduzida.

A classificação final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das classificações dos critérios (C), através da seguinte fórmula:

$$CF = P1*C1 + P2*C2 + P3*C3 + P4*C4$$

Em que:

Pn = Peso do critério

Cn = Classificação do critério

#### **23.4. Mínimo de mérito**

Para efeitos de seleção / aprovação só são consideradas as candidaturas que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3.

#### **24. Meios de divulgação e informação complementar**

Ao presente Convite aplica-se subsidiariamente a demais informação relevante, nomeadamente a legislação e regulamentação comunitária e nacional em vigor, bem como a respetiva documentação programática.

#### **25. Contactos**

Morada:

Rua do Ouro, 6

1149-019 Lisboa

Telefone:

21 322 23 00

Correio eletrónico:

correio@sg.mj.pt

O Organismo Intermédio

Helena Almeida Esteves

24 de Setembro de 2024

## ANEXO I

### **Indicadores de realização**

**Código do indicador:** O.F.1.4.

**Designação:** Unidades de equipamentos adquiridas

**Unidade de medida:** Número

**Descrição:** O número de unidades de equipamentos adquiridas, através do Fundo para a Segurança Interna 2021-2027, no âmbito da operação.

**Método de cálculo:** Total de unidades de equipamentos adquiridas

### **Indicadores de Resultado**

**Código do indicador:** R.F.N.3.16

**Designação:** Unidades administrativas apetrechadas

**Unidade de medida:** Número

**Descrição:** Número absoluto de unidades administrativas

**Método de cálculo:** Total de unidades administrativas apetrechadas

## ANEXO II

### Legislação aplicável a este Aviso

#### Comunitária

- Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho (Regulamento das Disposições Comuns);
- Regulamento (UE) 2021/1149 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho, que cria o Fundo para a Segurança Interna;
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

#### Nacional

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2023, de 25 de maio, que estabelece o Sistema de Gestão e Controlo dos Fundos Europeus QFP 2021-2027, para a área dos assuntos internos, do Fundo para a Segurança Interna e do Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos.
- Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, que define as condições a observar na apresentação de candidaturas e as regras gerais de financiamento europeu de operações que se desenvolvam ao abrigo do Fundo para a Segurança Interna;
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, relativamente à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.